

**SÉRGIO RIBEIRO** – Apresentação de *Os caminhos da social-democracia europeia* (Lisboa, Editora Página a Página, 2019), sessão na Universidade Popular do Porto, 12 de abril de 2019.

Com o passar dos anos, vamo-nos especializando em certas práticas e matérias, sem que de algumas destas e daquelas nos devamos alguma vez vir a arrogar especialistas, dadas as suas complexidades e constantes mudanças.

(e versões melhoradas, em certos casos...)

É o que sinto em relação a esta periódica tarefa de apresentar ou comentar publicações (ou até vida e obra...)

de António Avelãs Nunes.

Tarefa que muito me agrada, graças ao que Avelãs escreve

– e não graças a deus, como diriam alguns... –,

tarefa de que me incumbo graças (e agradeço) ao Avelãs e a alguns meus e minhas anjos da guarda...

(... republicana e amiga)

No entanto, antes de falar do conteúdo do último livrinho de António Avelãs Nunes

(é assim que ele lhe chama com as suas conhecidas e reconhecidas ironia e modéstia),

duas palavras sobre o continente.

*Os caminhos da social-democracia europeia* tem 200 páginas e chegou-me, pelo correio, bem me enganando pelo pequeno volume que fazia no envelope.

Chegou a tempo, contra o justificadamente receado desde que o **serviço público dos CTT**, cumprindo-se determinações que acompanhei nas andanças pelas Bruxelas e Estrasburgos da Europa, passou a ser parte dos ambíguos **serviços de interesse geral**, isto é, privatizado o que era público,

(ou dando prioridade ao interesse dos accionistas)

com a garantia estatal de salvaguarda de um denominado interesse geral, quando necessário por injeção de meios de forma a não beliscar os sacrossantos dividendos... mas isto será – se for... – para mais adiante em comentário oportuno ao livro que tão bem trata de tal matéria e seus responsáveis....

Pois bem ... o continente de 200 páginas engana.

Parece mesmo um livrinho, mas o conteúdo espriar-se-ia por muitas mais páginas se, sem se alterar uma vírgula, tivesse sido composto em letra tipo 12 (já não digo maior...) e com margens e espaços brancos que permitissem pausas de leitura, e notas, e comentários a que o conteúdo convoca.

Isto digo eu, solidário com os que, como eu, já precisam de óculos e gostam de ler Avelãs Nunes, e de aprender e debater com ele o que colhem da leitura do que ele publica, graças a editoras **a que agradeço** e que crítico pelos continentes apertados que usa.

(olhem que venderiam mais, e **mais se leria** se o livro fosse de leitura facilitada e com melhor divulgação)

Destacaria n’*os caminhos da social-democracia europeia* um prólogo subdivido pelo autor em quatro capítulos, após uma útil **nota prévia**.

Nesta abunda a lembrança do livro *Do Capitalismo e do Socialismo*, que tem várias edições e plasma o debate-diálogo com Tinbergen, que tanto marcou o jovem Avelãs Nunes, debate que,

como o maduro Avelãs reitera,

não seria possível transportar para os dias de hoje

por a social-democracia estar rendida aos dogmas do “culto europeísta”.

Logo me apetece dizer-lhe

(dizer-te)

*Olha que não!, olha que não...*

Se estou inteiramente de acordo com a leitura de que a social-democracia se rendeu ao *fascismo do mercado*

(como lhe chamas),

e que vivemos um tempo de resistência

(quais o não são?)

também penso que não se pode desaproveitar nenhuma oportunidade de dialogar com ela.

Sem, evidentemente!, abdicar de **falar claro**

(como diz a nota prévia),

sem nada ceder no que é essencial e identificador como classe social, sem deixar de procurar acordar os que, sonolentos, são cúmplices da gestação e crescimento de monstros contra a razão dos que a terão... mas não têm, ainda, força.

Mas... vamos ao livro, depois da *nota prévia*

(em que podíamos ficar umas boas horitas)

os capítulos I a IV são prefácios do autor, enquanto introdução e enquadramento teórico/conceptual do que nos espera no capítulo V, sobre *a conversão dos socialistas europeus ao neo-liberalismo*.

No capítulo I – *da social-democracia do início dos anos 70 à esquerda supérflua* –, passando-o a virar páginas e detendo-me no que lá assinala em primeira leitura,

(como de todo o livro, no tempo que lhe dediquei nestes curtos dias)

retenho o apoio que Avelãs Nunes encontra no que muito estudou e divulgou de Keynes, e no muito que os sociais-democratas se apoiaram no keyneseanismo (na **procura efectiva**, numa mesurada **socialização do investimento**) para construírem uma provisória concepção de socialismo democrático, de **estado como instância política neutra**, acima das classes,

nunca – que Marx os livrasse... – gestores do capitalismo mas também travões para excessos marxistas.

Nacionalizações?, como Teixeira Ribeiro interpretava o primeiro degrau do socialismo? Alto e pára o baile.

Seria um tempo, diz Avelãs com abundante e esclarecedora bibliografia e citações, de anúncio do “milagre” da transformação do capitalismo em socialismo. Nada de exageros leninistas. Nada que pudesse pôr em causa os limites do socialismo ser (ou ter sido, ou poder vir a ser) alternativa ao capitalismo, nunca a negação deste, ou substituição, ou superação ou, vejam lá..., destruição do capitalismo.

(discussão semântica que, há dias, vi reanimada, numa revista francesa... que não do PCF)

Nesse capítulo I denuncia-se a insidiosa insinuação da desideologização ideologizante, (e deslizante...)

a *teoria da convergência dos sistemas*, a “revolução dos gerentes”, o poder compensador, a regulação pelo mercado, o dogma do equilíbrio orçamental.

Tudo ainda na sequência do pós-guerra, nos ditos “trinta anos gloriosos”

(que foram menos que 30 e não teriam sido tão gloriosos como isso...)

de que Avelãs, no capítulo II, faz a sua retrospectiva ao abordar **as “crises do petróleo”, a contra-revolução monetarista e o Consenso de Washington.**

E coloca, com grande precisão, um marco desta caminhada em Agosto de 1971, na decisão-Nixon de decretar a inconvertibilidade do dólar, como rompimento unilateral dos acordos de Bretton-Woods de 44, como ponto de viragem para o ascendo das correntes neo-liberais e para a dita contra-revolução monetarista. O que me parece incontroverso, mas acrescentaria três notas:

- i) se tal é o fim da “revolução keynesiana”  
(como diz, entre aspas, Avelãs),  
já em Bretton-Woods Keynes fora vencido ao não conseguir impor a sua alternativa (capitalista) contra a posição que viria a dar a rotura de Agosto de 71, que, paradoxalmente, acaba com Bretton-Woods mas rasga o caminho aberto em Bretton-Woods;
- ii) não pode deixar de ser referida a importância dos países que hoje se diria emergentes, como foi o caso dos **não-alinhados**, da **OPEP**, da necessidade de uma **Nova Ordem Económica Internacional**, e sublinho a referência, neste

capítulo, que Avelãs faz a Raoul Presbich e ao novo *império neo-liberal*, construído, pedra a pedra, pelo poder político em conluio e obediência ao capital financeiro em transnacionalização);

- iii) a urgência de chegar ao *Consenso de Washington*, para substituir um eventual e/ou factual consenso keynesiano, que privilegiava a **procura efectiva** e o **investimento**, por uma clara **supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo**, num contexto de **luta de classes**, quando do então mundo socialista e dos países emergentes se poderia esperar uma outra correlação de forças.

Neste capítulo II, que exige mais leituras,

(sobretudo a gente como eu... que tem destas tarefas)

Avelãs detém-se em análises muito úteis e interessantes sobre posições de referência histórica com abundantes citações. Como Hayek, Friedman, Krugman, Stiglitz, Lucas, e, de todos os tempos, Adam Smith, Ricardo, fisiocratas, Marx (pouco...).

O capítulo III é o mais curto, e o seu título bastante elucidativo: *os socialistas europeus renegam Keynes*. Nele, Avelãs considera que os partidos socialistas europeus viraram à direita num processo em que, na esteira do PSD alemão, substituem o afirmado e identificador objectivo da **construção do socialismo** pelo da instauração da **justiça social**, e em que a questão definidora deixa de ser, em definitivo, a da propriedade dos meios de produção.

Nessas páginas, Avelãs Nunes ilustra, servindo-se de excertos de trabalhos de técnicos do FMI, a passagem à assumpção da mercadorização da força de trabalho, chave de toda a compreensão da exploração do trabalhador-criador de valor, em *O Capital* de Marx, e da leitura de Keynes do capitalismo e seus limites.

Assim, faz a ‘ponte’ para a importância dos socialistas europeus na dita “construção europeia”, tendo alicerces que passam a negar

(ou melhor: que a social-democracia passa a desconhecer)

dos próprios caboucos que traem, enfeitiçados por formulações redutoras, como as do *desemprego voluntário* e dos *subsídios à preguiça*, que fazem, dos trabalhadores, ardilosos vendedores da mercadoria que possuem num mercado felizmente controlado pelos compradores, que são os tão louváveis e tão louvados empresários-aplicadores de poupanças secularmente amealhadas. Sabe-se lá, ou sabe..., como...

E essa “ponte” leva a Tratados, como o de Maastricht e o de Amesterdão, às regras do cardápio monetarista e à moeda única e Banco Central Europeu, ao decréscimo do peso da indústria

(e da agricultura e da pesca, acrescento)

em favor dos serviços

(escreveu Avelãs... e – acrescento eu – particularmente da banca e da especulação ...).

Assim se chega ao capítulo IV – *As responsabilidades da social-democracia europeia na construção da ‘Europa’*:

(entre apóstrofes)

*de Roma a Maastricht, da ‘Constituição Europeia’*

(também entre apóstrofes)

*ao Tratado de Lisboa e ao Tratado Orçamental* – com que Avelãs fecha o que chamo introdução ao que é central no livro e compõe o seu capítulo V – *A conversão dos socialistas europeus ao neoliberalismo*.

O capítulo IV é uma interessante (e interessada) resenha da chamada “construção europeia” e responsabilidades da social-democracia nessa “construção”, do contexto da sua congeminação, das passagens

(saltos, apeadeiros, estações, trampolins)

Roma, Acto Único, Maastricht, mercado único, moeda única e BCE, 'Constituição' e Lisboa, sempre na senda federalista, da criação, **primeiro**, da cidade virtual e, **só depois!**, dos cidadãos.

Diz Avelãs: “Este *processo de integração europeia* (a construção da ‘Europa’) está **intimamente ligado à transformação genética que parece ter modificado o ADN dos partidos socialistas e sociais-democratas.**”

O que muito bem se ilustra na declaração de voto verdadeiramente vaticinador de Mendès France, aquando do parto (e da partida) em Roma, denunciando

«o perigo de o “projeto do Mercado Comum”, baseado no “liberalismo clássico do século XIX, segundo o qual a concorrência pura e simples resolve todos os problemas”, vir a traduzir-se na “abdicação da democracia”, “pois, em nome de uma economia sã chega-se facilmente a imposição de uma política monetária, orçamental, social, em suma uma política, no sentido mais amplo do termo, nacional e internacional.»

... ficaria aqui horas, semanas, semestres nesta dezena e meia de páginas... a desfrutá-las, como quem desfolha um malmequer e fica sempre na mão com a pétala do **mal-nos-quer** e a reviver tempos muito vividos e intensos.

Como não pode ser... três notas rápidas:

- i) a passagem de Roma ao inlocalizado Acto Único tem um fio condutor: a estratégia da criação de uma **periferia** (com o alargamento a Grécia, Espanha e Portugal) ao sul (... e depois a leste...) em redor de um **núcleo superintegrado** (Relatório Tindemans, de 1975, onde também está a eleição de deputados, **em cada Estado-membro**, para o Parlamento Europeu, só concretizada em 1979);
- ii) a declaração de voto dos deputados do PS português no Tratado de Maastricht, referida por Avelãs Nunes, que foi ultrapassada, atingindo o ridículo, na declaração de voto dos deputados do mesmo partido no plenário de **adoção da moeda única**... para mais se confrontada com a declaração que acompanhou o voto **não** dos deputados do PCP, e que tive a honra – e o orgulho! – de ter lido;

- iii) já que, no resumo desta viagem com os socialistas e sociais-democratas em maquinistas, usei a imagem do apeadeiro, o vaticínio de Mendès France da **abdicação da democracia** comprova-se nas sucessivas artes e manhas para que continue a viagem quem de tal ‘Europa’ se queira apear, por vontade expressa dos votantes-mandantes, ainda que com *optings-out*, isto é, com um ou os dois pés no estribo, no caso do Reino Unido desde que saltou para o comboio em 72.

Assim se chega ao capítulo V, em que Avelãs faz curto e desigual inventário da **conversão** de 4 partidos socialistas ao neo-liberalismo. São 62 páginas, 1/3 do texto de 9 capítulos em 197 páginas.

E começa, naturalmente, pelo *Partido Socialista português*

(quase metade do capítulo!)

Naturalmente, também..., muito me convocaria a usar estas medições para justificar tempo semelhante (ou ainda maior e mais vernáculo) nesta apresentação. Mas não é possível, e reservo-me para outras oportunidades... que não faltarão.

São bem fundamentadas e ilustradas as informações sobre as consequências dessa conversão em Portugal. Desde a contribuição para o 25 de Abril às decisivas posições, enquanto força política na transição para uma situação (digamos) de normalidade constitucionalizada,

à pertença a governos

(provisórios, minoritários, de coligação com a direita, de maioria absoluta), ou em apoio a governos de partidos à sua direita no espectro partidário.

Sempre muito mais a afirmar-se a “esquerda da direita” que a “direita da esquerda”...

(isto para simplificar sem ser redutor)

O relato da conversão – no serviço nacional de saúde, no serviço público da educação, nos serviços públicos em geral, no afã das privatizações – é impressionante, sem acrimónia mas sem cerimónias, com verdadeiro e sentido pesar. A intervenção e o peso do PS na correlação de forças sociais, a verdadeira contribuição para a conspiração e o terrorismo contra-revolucionários, espelham-se do outro lado da demagogia e de hipócritas afirmações de socialismo

(democrático, claro...)

Mas mais significativo, porque vai à raiz das coisas, será a posição do PS relativamente às relações sociais, às questões de trabalho, aos sindicatos (na parceria UGT com a direita), na concertação social,

(concertação com cê cedilhado e com ésse)

nos acordos contra a contratação colectiva, sempre, sempre ao lado do patronato. É um rol de exemplos, em que avulta a questão da precariedade, de que Portugal se tornou campeão.

Às tantas, escreve Avelãs Nunes que tem havido, sempre, “*uma mensagem clara para o patronato privado: façam o que o Governo faz, não o que o Governo diz...*”.

(atrevo-me a precisar melhor: façam o que os nossos governos fazem, não o que o Partido Socialista diz!...)

... A não ser que!...

Metidos na gaveta o **socialismo**, o **keynesianismo**, o **estado social**, o PS tem sido fator de um **estado de classe**, e só não o é inteiramente se, para ser governo, precisar de apoios à sua esquerda.

Ainda relativamente à crise (em 2008), Avelãs cita António Barreto:

(esse mesmo..., o ministro da agricultura de um governo PS minoritário para fazer a contra-reforma agrária)

*“... as duas últimas décadas viram transformar-se os credos socialistas ... A luta de classes deixou de ser o motor da história ... começaram a ser ou a aspirar a ser bons gestores do capitalismo...”*.

Há aqui, naturalmente, uma distorção cronológica...

e é como se essa transformação não resultasse da/como se não fosse a luta de classes a ser o motor da história.

Adiante!

Do relativamente extenso, em páginas..., relato da conversão do PS

(se é que é conversão... dados os seus local e data de nascimento...),

ainda relevaria o seu acrisolado amor/dependência da Europa-com-eles..., e o notório menosprezo por questões de actividades em defesa de interesses deste Estado-membro, deste *país de marinheiros* (como diz Avelãs...)

e de pesca

e de estaleiros navais,

questões e acções que têm marcado a presença de outros eleitos – **em Portugal** – para o Parlamento Europeu, instância onde tal defesa pode ser feita e ter alguma relativa eficácia.

Tanto mais para dizer..., para aproveitar do utilíssimo trabalho de Avelãs sobre esta conversão, merecedor de estudo e reflexão...

A conversão tratada a seguir é a do *Partido Social-Democrata Alemão* (SPD), de que é evidente a importância relativa que Avelãs lhe empresta, particularmente como mentor e exemplo das transformações da social-democracia.

(assim, inspiradas no partido que foi o de Marx!)

A chamada reunificação das duas Alemanhas e a *Agenda 2010* merecem atenção particular, esta última exemplo a **ter de ser seguido**, sobretudo no que respeita ao **esvaziamento da contratação colectiva**.

A atenção foi-me sobretudo despertada para o **esquema e negócio** exemplificados e manualizados pelo SPD do **recurso ao trabalho precário e ao trabalho alugado a empresas de aluguer de mão-de-obra**, quintessência da mercadorização da força de trabalho.

Mas se Avelãs apenas em 6 páginas tão bem nos alerta para o SPD e seu papel na conversão dos partidos sociais-democratas ao neo-liberalismo, no triplo das páginas nos relata as andanças de um *Partido Socialista Francês*. O que é significativo, também, de um condicionamento cultural. Não de Avelãs, mas de nós todos e, sobretudo de uma geração.

Nesta crónica relativa ao PSF, insinua-se-me sempre, subjacente, a questão do PCF, e sua involução... quase repentina, súbita, acelerada, numa década.

E chega a ser surpreendente, na abertura de Avelãs à sua colorida crónica, a citação de Mitterrand, em 1981, a prometer “*uma rotura com o capitalismo*” na sua estratégia de luta interna com Rocard, vindo de um PSU, que tantos seguidores teve no Portugal logo após Abril de 1974 (MES), entre intelectuais de uma esquerda não-comunista (mas que, dizia-se...) mais à esquerda e democrática.

Páro já!, porque aqui teríamos pano para muitas mangas em que se costurariam os governos de unidade PSF/PCF.

Há todo um percurso em que é dado do maior significado a evolução da situação internacional e o papel da “construção europeia”. Como Avelãs cita, em 1984, no estertor da aliança de esquerda, do governo popular resultado das eleições de 1981, é um primeiro-ministro socialista que se declara honrado por ter feito “*o trabalho sujo que não tinha sido feito antes*”,

o de uma “**reestruturação industrial**” à custa dos trabalhadores e de direitos sociais. E é Rocard que reconhece que

“*as regras do jogo do capitalismo internacional impedem qualquer política social audaciosa (...) para fazer a Europa é necessário aceitar as regras deste jogo cruel*”.

Uma esquerda **supérflua**, sem projecto a não ser o... da construção europeia! Se isto não é capitulação na luta de classes, nada o será.

**A soberania muda de residência, passa a residir nos mercados e na liberdade de circulação de capitais** (Acto Único, de 1986).

Como escreve Avelãs,

«**Confissões como a de Rocard refletem concepções que equivalem à morte da política e ao reconhecimento de que a soberania reside nos mercados, ideia tão sugestivamente expressa nesta síntese espantosa de Joschka Fisher (ex-dirigente de Os Verdes e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD): “ninguém pode fazer política contra os mercados.” Serenamente, sem qualquer resistência, aceita-se que “os mercados” matem a política, isto é, matem a democracia. *Mercados über alles!*»**

Depois, são as consequências disto.

Muito recentemente, o período François Hollande,

(e o episódio caricato – se é que foi só isso... – de Dominique Strauss-Kahn)

com a democracia moribunda, e a democracia a estrebuchar... num mandato desastroso, a que foi chamado, como bóia de salvação, o alto quadro do Banco Rothschild Macron; em mandato ganho com o depois reconhecido “ardil eleitoral” de erigir “**a finança**” como o **verdadeiro adversário**, o que Hollande logo esqueceu para elevar as **empresas** a seus **heróis colectivos** e a classificar os **trabalhadores como privilegiados**... se com emprego.

Uma salada russa, ou melhor, uma maionese mal ligada, com a União Europeia elemento de... união bastante desunida, mas a exigir os falaciosos **3% como défice máximo das contas públicas**, ou não tivesse sido Moscovici – hoje impante comissário europeu – cúmplice da burla eleitoral

(o partido fez a “**escolha da Europa**”, disse Moscovici... ou foi ele que a fez?, ou foi ele que **se fez escolhido** por essa Europa?)

Do desastre Hollande veio a sair o remendo Hamon, de cujo currículo é lembrada a confissão da *“impressão de que uma política de esquerda ou de direita apenas doseia de forma diferente os mesmos ingredientes”*.

Com o desplante desta deriva social-democrata pretender fazer teoria com a fórmula ou sigla “**socialismo de oferta**”, toscamente reciclada da Lei de Say do princípio do século XIX.

Este trecho do livro de Avelãs é particularmente interessante para quem se preocupe com a teoria económica, merecendo destaque a inclusão nele de uma frase lapidar de Mário Draghi, de que se faz a justiça de não a atribuir aos sociais-democratas, embora estes a apliquem nas suas acções de convertidos:

*“os europeus já não são suficientemente ricos para andarem a pagar a toda a gente para não trabalhar”*. Voltaremos a esta frase do homem do BCE, claro.

Se não for hoje, noutra ocasião será...

Mais recentemente ainda, Macron confronta os **coletes amarelos**. Expressão violenta de uma revolta, com ausência de organizações partidárias ou sindicais de classe. Desde que a matriz revolucionária se foi transformando em mutações...

As respostas-cedências de Macron são significativas e reveladoras dos paradoxos que se vivem. A França ultrapassará os míticos e inultrapassáveis 3% do déficit orçamental, e Moscovici vem dar o dito, como comissário europeu, por não dito, como cúmplice de Hollande.

(ou vice-versa)

**“esta regra não é a principal”**, dit-il.

(ah!... as histórias que eu podia contar da comissão monetária que engendrou o euro e a aplicação dos critérios nominativos!)

Mas chega de França,

Ainda se dá um saltinho ao **Partido Trabalhista britânico**... neste leque de conversões ao neo-liberalismo. Partido Trabalhista que Avelãs diz talvez ser o fracasso mais expressivo das políticas neo-liberais praticadas... Talvez...

Três notas, tão breves quanto possível:

- i) sobre a exemplar **terceira via de Tony Blair**, que foi muito apregoada e desfigurou toda uma tradição sindical e de classe, ilustrando a privatização dos serviços públicos tomada como exemplo a seguir do modo que referi no início, como adopção de serviços de interesse geral, como no caso dos CTT, dos sistemas de saúde (e não Serviço Nacional de Saúde), das fundações para o ensino superior, etc.
- ii) A visão imperialista do sucessor de Blair (Gordon Brown), rendido às maravilhas da globalização e procurando aproveitar **“as vantagens de produção disponíveis nas economias emergentes”** (de força de trabalho barata e sem direitos).
- iii) Assim, com estes quatro exemplos de conversão de partidos sociais-democratas, Avelãs Nunes torna evidente que, embora numa dinâmica comum e seguidismos, há características nacionais, **que não há modelos universais**, mas sim modos, expressões e tempos diferentes segundo as situações e as condições culturais.

No final desta viagem, algo desequilibrada,

(deve ser dos solavancos...)

por quatro partidos sociais-democratas, à boleia de Avelãs Nunes, não termino sem, antes, juntar um nome de referência, e uma referência a um partido social-democrata que julgo merecerem ser citados.

Trata-se do Partido Operário Social-Democrata Sueco, e de Olof Palme, cujo assassinato, em 1986, levanta muitas questões, pistas e suspeitas. Olof Palme fica, na história da social-democracia, como alguém que terá resistido à neo-liberalização, que defendeu o estado social, que terá praticado solidariedade internacional. Que foi assassinado...

Mas o livro de Avelãs Nunes não termina no capítulo V.

O capítulo VI – *a social-democracia europeia apoiou as políticas de austeridade* – começa pela identificação da chamada **crise**, e por recusar a sua etiquetagem como *crise do neo-liberalismo*. Porque, não sendo este alheio à evolução do capitalismo, não se lhe podem atribuir as culpas, assim ilibando a dinâmica que a ele levou, o que o criou, o que dele se serviu como modo.

Criativamente, a propósito das falhas da regulação e do estado regulador ou garantidor, diz Avelãs que os meios e agentes não desmereceram do que deles esperavam os seus criadores: *ser as raposas encarregadas de guardar a capoeira*.

É também curiosa a versão de que a crise foi uma espécie de **crise de costumes**, resultante de **falta de ética** do sistema financeiro.

Há ainda, e não só mas sobretudo, a invenção de razões para culpar as vítimas das suas próprias desgraças e assim se castigar os “*povos do sul*” com **programas de austeridade**, correctores e inibidores dos erros, vícios e desvarios que lhes são atribuídos.

A Comissão Europeia tem estado na frente destas versões, e o já referido comissário socialista Moscovici a marcar o passo das **políticas de austeridade**, como com a inflexibilidade quanto aos míticos 3%... que deixa de ser inflexível quando é a França que os não cumpre...

Esfalfam-se a procurar introduzir **ética no mercado** e **moral na política**. Não faltando um socialista do norte (holandês) a anatematizar o comportamento dos ‘ajudados’ *povos do sul* que malbaratariam as generosas “ajudas” em álcool e mulheres. Lindo!

E foi ele, o então presidente do Eurogrupo, entretanto substituído (e não foi por motivo dessa ‘boca’!) por um bom aluno do sul, auto-apregoadado o melhor aluno, verdadeiramente obcecado com o défice não dos 3% mas dos 0%!

Citando Stiglitz, Avelãs sublinha que não há exemplos de países que tenham recuperado de uma crise através da austeridade!

Não posso, ainda, deixar de referir a parte do texto neste capítulo, em que Avelãs, justamente – e naturalmente –, se escandaliza com a monstruosidade de se considerarem os “velhos” – a *peste grisalha* – como o inimigo público número um do **estado social**, que está implícita nestas abordagens, mesmo quando não têm coragem de o explicitar com clareza.

(o que não será o caso do sr. Draghi... apesar de já ter ultrapassado os 70 anos...)

Como tem sido dito, é lembrado e relembrado mas nunca suficientemente, o caminho da CEE à União Europeia tem sido feito passo a passo, negociação a negociação, à margem, cada vez mais!, da participação dos povos, mesmo da tão-só ratificadora, construída como a Europa dos negócios, “à porta fechada”, como se diz no começo do capítulo VII – a história da ‘Europa’ é a história do seu défice democrático.

(à porta fechada?, pois se o segredo é a alma dos negócios!...)

Neste capítulo, e no seguinte, VIII – *o que fazer com esta “Europa”? O impasse das propostas reformistas que pretendem mudar alguma coisa para salvar o essencial* –, Avelãs Nunes escarpeliza, quase se diria autopsia, a dita ‘Europa’.

Fá-lo com a sua escrita ligeira, e ao mesmo tempo profunda e bem fundamentada, não recuando perante as repetições de argumentos e citações. Com a sua experiência docente, como bom didacta, repete sem se repetir, usando os argumentos e as citações adaptando-os e utilizando-os como meios.

(na faina de acompanhante de apresentações, ainda numa delas farei a estatística dos citados, e quantas vezes, pois a biobibliografia não basta...)

Nestes dois capítulos, Avelãs reforça, numa outra abordagem, comentários, factos e dados já oferecidos. Por exemplo, começa o VII pelos vaticínios de Mendès France, fala do

método Monnet, chama à pedra Blair, e por aí fora, página a página, demonstrando as debilidades da democracia usada, ou só enunciada, ou nem isso..., no processo; sublinha o menosprezo da democracia representativa e o desprezo pela participativa. É importante o assinalar de algum regresso à inter-governamentalidade (as antigas CIG, antes do Conselho Europeu), acompanhando a tocata, derrota e fuga da constitucionalidade, a inaceitabilidade da cidadania sem cidadãos porque sem cidade.

As desigualdades e as assimetrias crescem. Esta ‘Europa’ é uma verdadeira *ditadura do grande capital financeiro, exercida por quem tem um grande poder mas pouca ou nenhuma legitimidade* (Ulrich Beck). Apontam-se datas e factos comprovativos do desprezo pela vontade soberana dos povos.

1972, os noruegueses

1992, os dinamarqueses e de novo os noruegueses

1998, o “opting-out” dos britânicos, dos dinamarqueses, dos suecos

2001, os irlandeses,

2005, os franceses e os holandeses

2008, de novo os irlandeses

2015, os gregos

agora, este folhetim do Brexit

### **Que fazer com esta “Europa”?**

Boa pergunta, feita por quem já disse que ela estava toda errada, que era preciso passá-la a limpo. O que está certo como desabafo. Mas, tal como em relação ao neo-liberalismo, o que está errado é o que criou esta ‘Europa’ à sua medida, à medida da correlação de forças que domina, e avança, mesmo quando não tem a legitimidade a que diz obedecer. De que valem as declarações e petições de personalidades insuspeitas (suspeitos de quê?), as dúvidas de deputados socialistas que se conformatam com o que é inaceitável porque é impossível o possível que tornaria aceitável o que é impossível de aceitar e que, por isso, se tem de aceitar ou, dito de outra maneira, que suportam ou sustentam o que é insustentável ou insuportável.

Nestes capítulos, Avelãs Nunes expõe e debate posições de Prémios Nobel (Stiglitz, Krugman), de notáveis sociólogos (Ulrich Beck), de secretários-gerais da ONU, de presidentes da Comissão Europeia. De reformistas de diferentes origens. Todos com um

enorme receio do desmantelamento da União Europeia. Para falar dessa gente, e com essa gente, está Avelãs preparado desde há muitas décadas.

Como ele diz, **”ao fim e ao cabo, (é) a saudade de Keynes e das políticas keynesianas: mudar alguma coisa para salvar o capitalismo”**.

Mais adiante, conclui: **“os reformistas de vários matizes estão, verdadeiramente, num impasse. (...) Eu creio que esta “Europa não é reformável: é necessário substituí-la por outra Europa”**.

Eu já falei demais, e com muito gosto e proveito meu. É bem tempo de ouvir o Avelãs.

Apenas ainda diria duas palavras

(que são, sempre, mais que duas...)

sobre o capítulo IX – **o futuro não pode ser a continuação do passado!**

Inteiramente de acordo, embora o começo do capítulo me tivesse posto de prevenção para o risco de estar o Avelãs a cair na ratoeira que tão bem desarmou ao longo do livro: estar a assacar à Alemanha – seja a Alemanha o que for, o que tenha sido ou venha a ser – as culpas que não são suas.

Como já foi dito, para o neo-liberalismo num outro contexto, não sendo esta Alemanha (e outras, de antes) alheia à evolução do capitalismo, não se lhe podem atribuir as culpas, assim ilibando a dinâmica que a ela levou, o que a criou, o que dela se serviu como modo. Mas logo Avelãs me tranquilizou. Muito ainda me apetece dizer. Apenas leio, para acabar mesmo, um parágrafo quase do fim do livro, com o seu tranquilo humor e ironia:

**“Tendo em conta o que acabo de recordar, quero deixar claro que as questões em aberto na Europa (e no mundo) não se resolvem, a meu ver, colocando bigodes à Hitler nos retratos da Sr<sup>a</sup> Merkel.”**

**Por favor, tirem-me a palavra e passem-na a quem a merece, a António Avelãs Nunes!**